

## Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética: entre o passado e o futuro

Glaucíria Mota Brasil  
Lara Abreu Cruz

*A José Augusto Lindgren Alves (in memoriam), o embaixador dos Direitos Humanos.*

### Introdução

“Tenho paixão pelos laboratórios! Eu juro que quando entro em um laboratório, de qualquer disciplina, ainda que seja só um minuto, meu coração acelera. Não há nada mais apaixonante, mais emocionante. Vibro, compreendo, admiro, conheço. [...] Eu me sinto como Arquimedes forçado a sair nu da banheira gritando: ‘Eureka! Deem-me um laboratório e moverei o mundo’”. (LATOURE, 2013, p. 89, tradução das autoras)

A epígrafe acima, de autoria do pensador francês Bruno Latour, está em um de seus vários ensaios em que os laboratórios de pesquisa acadêmica são o centro de sua escrita antropológica e de suas análises sociológicas e filosóficas. Em seus estudos, Latour (2000) não está interessado no produto final produzido pelos cientistas, mas sim no que ele chama de “ciência em ação” ou “ciência em construção”, ou seja, analisar os passos dos cientistas nos momentos e nos lugares em que estão fazendo ciência e como a estão fazendo e isso requer um estudo sobre os laboratórios de pesquisa, *locus* por excelência do pensar e fazer pesquisa.

Latour (2013) compreende que os laboratórios de pesquisa se originam das oficinas dos artesãos, local em que se metamorfoseavam os materiais do mundo; assim, envoltos de mistérios e segre-

dos, as oficinas transformavam areia em vidro, por meio do calor. Para o pensador não há dúvida de que os laboratórios contemporâneos conservam algo das oficinas dos artesãos, ao serem capazes de “transformar, pouco a pouco, cérebros ordinários em cérebros sábios” (LATOURE, 2013, p. 113), simplesmente por meio das nossas capacidades mentais “submetidas ao fogo das tecnologias intelectuais” (idem, p. 119). O autor explica que isso ocorre não porque ficamos mais inteligentes do que éramos, mas sim, porque os laboratórios nos possibilitam um ambiente propício para os estudos, rodeados por livros, arquivos e colegas que juntos compartilham os mais variados saberes e olhares sobre a vida. Assim, aprendemos a fazer ciência não apenas pelo dito nos livros ou registrados nos arquivos, mas também, e, sobretudo, pela solidariedade acadêmica de nossos mestres e colegas mais experientes que nos orientam a quais caminhos devemos seguir.

Na pesquisa em sociologia, os laboratórios são responsáveis por auxiliar o pesquisador a realizar o que Bourdieu (2009) denominou por “conversão do olhar” ou nas palavras de Mills (1980, p. 11), “imaginação sociológica”, que significa o desenvolvimento de uma “qualidade de espírito que lhe ajude a usar a informação e a desenvolver a razão, a fim de perceber, com lucidez, o que está ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmos”. Dessa maneira, os laboratórios de pesquisa na área das ciências humanas e sociais têm se constituído como espaço fundamental para colocarmos em pauta fatos, fenômenos e interações sociais até então naturalizados e, assim, movermos o mundo, como nos ensina Latour (2013), em um movimento constante de desconstrução e reconstrução da realidade social e de ruptura com nossas próprias formas de pensar.

De certa maneira, podemos afirmar que o Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LabVida) se desenvolve a partir da perspectiva latouriana de se constituir não apenas como espaço de produção de ciência, mas também de movimento do mundo, por meio do diálogo entre a universidade, a sociedade civil e o poder

público. Ademais, é preciso destacar que a criação do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LabVida)<sup>1</sup> em 1999, na Universidade Estadual do Ceará, foi uma ideia inaugural e até mesmo visionária de duas professoras<sup>2</sup> do Curso de Graduação em Serviço Social ao considerarmos que, naquela época, o Curso não tinha nenhum grupo ou laboratório de pesquisa e nem pós-graduação. Mas, havia em comum experiências profissionais e interesses acadêmicos que dialogavam com as lutas em defesa dos direitos humanos e de cidadania; uma vez que estas lutas sempre estiveram no horizonte do exercício profissional dos assistentes sociais e mantém relações intrínsecas com a questão social e a dignidade humana na defesa, garantia e promoção do marco civilizatório da sociedade contemporânea.

---

1 Laboratório de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LabVida) é unidade acadêmica vinculada ao Curso de Serviço Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), teve sua criação aprovada pela Resolução nº 2222 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em 21 de março de 2000.

2 As professoras Conceição Pio e Maria Glauécia Mota Brasil foram as idealizadoras e criadoras do LabVida. A professora Conceição Pio foi a primeira coordenadora e atualmente, a coordenadora é a professora Maria Glauécia Mota Brasil e a vice coordenadora, a professora Paula Fabrícia Brandão Aguiar Mesquita. E foram também vice-coordenadoras as professoras Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra e Zelma Maria de Araújo Madeira. Destacamos ainda a contribuição/participação de vários professores e pesquisadores na realização tanto de atividades de pesquisa como técnicas do LabVida. E entre esses destacamos os nomes de Leila Passos, Lise Mary Soares Souza, Teresa Cristina Esmeraldo, Zelma Madeira, Geovani Jacó de Freitas, Ivo Sousa, Rosemary Oliveira de Almeida, Cristiê Moreira, Paula Brandão, Emanuel Bruno Lopes de Sousa, Lara Abreu Cruz, Érica Santiago, Ricardo Moura, Maurício Russo, César Barreira, Alba Tereza Castro, Paula Soares, Marcílio Brandão, Lucas Barbosa, Lucileila de Sousa Cardoso, Maria Fernandes Escobar, Nayara Fernanda Magalhães Feitosa, Ana Karine Pessoa Cavalcante Miranda, Andréa Luz, Horácio Frota, Marcos Bretas, Zelma Madeira, Daniela de Oliveira Lima, Estenio E. Botelho de Azevedo, Domingos Sávio, Celecina Veras Sales, Camila Holanda, Susana Durão, José Vicente Tavares dos Santos, Rochele Fellini Fachinetto, Luiz Fábio Paiva, Francisco Damasceno, Expedito Passos.

Afinal, o Código de Ética do Assistente Social, de 1993, é organizado em torno de onze princípios que orientam tanto o comportamento ético do profissional, como também oferecem parâmetros para a sua ação cotidiana, a partir de uma compreensão ontológica da ética como parte constitutiva da práxis (BARROCO e TERRA, 2012). Dentre esses princípios estão a “defesa intransigente dos **direitos humanos** e recusa do arbítrio e do autoritarismo” e a “ampliação e consolidação da **cidadania**, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras”, ou seja, eixos centrais da atuação do LabVida.

Barroco e Terra (2012, p. 64) entendem que as reivindicações em torno dos direitos humanos evidenciam, justamente, a sua ausência, daí resulta que os direitos humanos são “o resultado concreto do enfrentamento das diferentes formas de degradação da vida humana”. Não à toa, no momento em que o LabVida foi criado, o Brasil apresentava crescimento continuado da violência urbana, com impacto nos seus índices de criminalidade, nas últimas duas décadas anteriores ao ano 2000. Esse fenômeno acabou por projetar o país em terceiro lugar em números de homicídios na faixa da população entre 15 e 24 anos. Essa realidade levou o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) a estimar que o Brasil finalizaria em 1999 com 37 mil homicídios. Associava-se a isso a alta concentração de renda do estado brasileiro responsável pelo aprofundamento do fosso social entre ricos e pobres.

Todo esse contexto nos mostrava à época, não só a importância de estarmos discutindo os índices de criminalidade e violência social no País, e de modo específico na cidade de Fortaleza, como a necessidade de se discutir e buscar respostas para a realidade posta. No caso da cidade de Fortaleza, os dados<sup>3</sup> nos suscitavam, inicial-

---

3 Na época, os altos índices de homicídios colocavam Fortaleza em oitavo lugar entre as cidades brasileiras, o que correspondia a 22 assassinatos por cada grupo de 100 mil habitantes, próximo ao patamar de criminalidade considerado grave pela ONU que era de 25 assassinatos por cada grupo de

mente, a realização de estudos de investigação social e mapeamento das áreas de maior concentração dos índices de criminalidade e violência social da capital com o objetivo concreto de subsidiar o planejamento e a operacionalização de políticas públicas preventivas e de enfrentamento desses altos índices.

Diante desses fatos, tornou-se fundamental a criação de um espaço na Universidade Estadual do Ceará que oportunizasse a realização de estudos e projetos de pesquisa e extensão direcionados ao fenômeno do crescimento da criminalidade e da violência social, profundamente marcado tanto pela concentração de renda como pelas questões de violação dos direitos humanos, de negação da cidadania e da ausência de ética na gestão das políticas públicas que envolviam toda a problemática em discussão.

Com esse objetivo explícito, em 1999, o Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará aprovou o projeto de criação do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética, o LabVida<sup>4</sup> ou simplesmente “Lab” como carinhosamente foi nominado por alunos e professores. Ao longo dos seus mais de 20 anos de existência, o LabVida se constituiu em um importante espaço de produção e debate do conhecimento acerca de temáticas como a criminalidade, violência social, segurança pública e direitos humanos em interface com as questões de gênero, juventudes, criança e adolescente, drogadição e nos últimos anos ao surgimento das facções e o impacto destas na sociabilidade das populações que vivem em territórios conflagrados pelo crime em contextos local e nacional.

---

100 mil habitantes. Segundo pesquisa do Instituto Vox Populi em 50 cidades brasileira divulgada pela revista *Veja*, em junho de 2000, Fortaleza foi uma das 10 capitais que respondeu que seu maior problema era a segurança. A situação da capital era bastante crítica quando se observava os indicadores sociais – 712 mil habitantes morando em 614 favelas. O déficit habitacional era de 159 mil casas. Fortaleza tinha 67 áreas de risco, onde residiam de maneira subumana cerca de 5.248 famílias. Eram áreas impróprias para habitação, em dunas, prédios abandonados e locais sob rede elétrica de alta tensão, portanto locais proibidos pelo alto risco à vida humana.

4 A sigla “LabVida” nos foi sugerida pelo jornalista Ademir Costa do Diário do Nordeste e prontamente aceita.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar a trajetória acadêmica e histórica do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LabVida), assim como suas contribuições para a produção de conhecimento em ciências humanas e sociais e para a formação de profissionais e pesquisadores. Este artigo está dividido em duas seções: uma abordará o contexto sócio-histórico de criação do Labvida e a segunda apresentará suas redes de colaboração com universidades, centros e grupos de pesquisa, sociedade civil, o poder público e as atividades desenvolvidas ao longo de duas décadas de sua criação.

### **A criação do LabVida em tempo de redemocratização**

A criação do LabVida se deu na esteira de um contexto histórico de crescimento continuado dos homicídios na sociedade brasileira pós-redemocratização. Numa série histórica de três anos (1997-1999), o Brasil contabilizou 124.61 pessoas assassinadas<sup>5</sup>. Diante desses fatos, nos perguntávamos o que tinha feito o poder público para enfrentar essa problemática? A resposta do Estado foi dada por meio do endurecimento da legislação penal, da modernização e reaparelhamento policial e pelo aumento da oferta de vagas no sistema penitenciário (ADORNO, 1996). Essas respostas se revelaram pouco eficazes como operadoras e articuladoras de políticas públicas de segurança e justiça, uma vez que os acontecimentos continuavam a denunciar a impunidade de criminosos, bem como a lentidão da justiça, a arbitrariedade, a violência, a precariedade dos serviços policiais e as condições de degradação humana no circuito prisional no Brasil, num total desrespeito aos direitos humanos do preso.

Por outro lado, não seria correto ignorar os esforços e as iniciativas dos governos civis brasileiros, eleitos tanto no período de transição como após a ditadura, para implantar a legalidade plena do sistema internacional de respeito e proteção aos direitos humanos no Brasil, como foi o caso dos governos estaduais de São Paulo

---

5 Número de homicídios no Brasil (1980-2007). Disponível em: <<https://bit.ly/3qAMCIP>> Acesso em: 31 mai 2022.

com Franco Montoro (1983-1987) e do Rio de Janeiro com Leonel Brizola (1983-1987), mesmo que muitas das ações implementadas nesse período tenham sofrido interrupções e descontinuidades nos governos seguintes.

No plano nacional, o governo José Sarney (1985-1991) teve o mérito de ter lançado o *Mutirão contra a violência*, sob a coordenação do então ministro da Justiça, deputado Fernando Lyra, que teve a colaboração da Comissão Teotônio Vilela<sup>6</sup>. Outro fato histórico desse mesmo governo foi que, em 1985, o presidente José Sarney, ao participar da Assembleia Geral da ONU como primeiro civil eleito no Brasil após 20 anos de ditadura militar, assinou a Convenção sobre Tortura, um marco político em direitos humanos para um país recém-democratizado. Para Pinheiro (1996, p. 20), a “gramática dos direitos humanos” no Brasil só conseguiu ser conjugada quando o Executivo brasileiro submeteu ao Congresso Nacional, importantes instrumentos de proteção aos cidadãos contra as violações de direitos humanos, tais como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

Mesmo no governo de Fernando Collor de Mello, marcado por inúmeros casos de corrupção, Pinheiro (1996) lembra que não se podia deixar de reconhecer que os ministros da Justiça, ex-senador Jarbas Passarinho e do Supremo Tribunal Federal, Célso Borja, deram continuidade ao diálogo com as entidades ligadas à defesa e à luta pelos direitos humanos no país.

O avanço mais significativo se deu no governo do presidente Itamar Franco, como consequência direta da Conferência Mundial de

---

6 “A Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (CTV) foi uma organização não governamental constituída em 1983, e que encerrou legalmente suas atividades em 2016. A CTV foi criada com o objetivo de investigar e combater violações cometidas em estabelecimentos de privação de liberdade por agentes do Estado”. Disponível em: <<https://bit.ly/3CpCJ32>>. Acesso em: 09/06/2022.

Direitos Humanos<sup>7</sup>, realizada, no ano de 1993, em Viena (Áustria), e até mesmo como prolongamento de uma reunião com Organizações Não Governamentais (ONGs) de direitos humanos, convocada pelo então chanceler Fernando Henrique Cardoso, ministro das Relações Exteriores, em maio de 1993, com a finalidade de preparar a agenda brasileira para a referida conferência. Dando prosseguimento ao diálogo, o então ministro da Justiça, senador Maurício Corrêa, atendendo solicitação dos representantes de ONGs brasileiras em Viena, deu início, entre os meses de julho a outubro daquele mesmo ano, a uma série de reuniões entre o governo (ministros civis e militares, parlamentares e representantes de instituições policiais e de suas associações de classe) e a sociedade civil (cerca de trinta entidades de direitos humanos), com o objetivo de discutir uma agenda nacional de direitos humanos que, naquele momento, acabou priorizando o aperfeiçoamento da legislação vigente e a agilidade dos mecanismos de proteção existentes no País.

Os resultados concretos das sugestões apresentadas nessas séries de reuniões foi o lançamento de um Programa Nacional de Combate à Violência, anunciado pelo ministro Maurício Corrêa, quando da comemoração dos 45 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1993, no Núcleo de Estudos

---

7 Aqui destacamos que José Augusto Lindgren Alves como embaixador foi “...um dos principais responsáveis por praticamente ‘salvar’ a II Conferência Mundial para os Direitos Humanos da ONU, conhecida como Conferência de Viena, em 1993. Em um ambiente extremamente dissensual, o embaixador brasileiro se notabilizou, junto de alguns outros colegas valorosos, pela construção de pontes, pela forja de zonas de justaposição de interesses e pela elaboração de complexas fórmulas acomodatórias, típicas daqueles que possuem inarredável compromisso com o multilateralismo. O legado de Viena é precioso tanto em suas manifestações internacionais (observadas, por exemplo, no surgimento do Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU) quanto nacionais (como na elaboração de Programas Nacionais de Direitos Humanos, caudatários da conferência da ONU). Esse legado tem as digitais do Embaixador Lindgren Alves.” (NOTA DE PESAR – José Augusto Lindgren Alves. Disponível em: <<https://bit.ly/3WYY6BQ>> Acesso em: 31 mai. 2022.

da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). Com a mudança do titular no Ministério da Justiça, as propostas<sup>8</sup> apresentadas pelo referido programa acabaram não sendo examinadas pelo Congresso Nacional, uma vez que o novo ministro nomeou outras prioridades para a pasta (PINHEIRO, 1996).

É, contudo, o Programa Nacional de Direitos Humanos<sup>9</sup>, lançado em 13 de maio de 1996, pelo governo do presidente Fernando

---

8 As propostas contidas no Programa Nacional de Combate à Violência anunciado pelo ministro da Justiça, Maurício Corrêa, no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, eram as seguintes: “instauração de um fórum de ministros para a definição de uma política de cidadania; reformulação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e seis projetos de lei. Esses projetos a serem encaminhados em regime de urgência urgentíssima contemplavam entre outros tópicos: transformação da Secretaria de Polícia Federal em Secretaria de Segurança Pública; obrigação da prestação de assistência jurídica aos presos; bolsas de estudos para crianças e adolescentes; proteção às vítimas; projeto de lei especificando os crimes de direitos humanos.” (PINHEIRO, 1996, p.19-20).

9 A elaboração do PNDH pelo governo federal, ocorrida entre outubro de 1995 e maio de 1996, recebeu contribuições e sugestões de organizações não governamentais, universidades e centros de pesquisa através do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo que, além de recolher e encaminhar as contribuições, acabou por organizar seis seminários regionais (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Natal e Belém) para discutir o projeto inicial do Programa, que contaram com a participação de 210 entidades da sociedade civil. O NEV-USP foi, ainda, responsável pela elaboração do anteprojeto do PNDH e participou da I Conferência Nacional de Direitos Humanos, no Distrito Federal, em 1996, quando foi apresentado e debatido o referido projeto. De acordo com Pinheiro e Mesquita Neto (1997), além da boa acolhida que o PNDH recebeu por parte de diversas organizações da sociedade civil, acabou por beneficiar um debate de interesse suprapartidário. “Ficou evidente, desde o primeiro instante, que não se tratava de um contrato de confiança entre Estado e ONGs, mas de um projeto de parceria no qual a autonomia da sociedade civil é condição necessária.” (p. 117). Ao avaliarem um ano de implantação do PNDH, os mesmos autores afirmam que o Programa atingiu seus objetivos e tornou-se um marco de referência para as ações dos governos e para a construção de uma convivência em sociedade sem violência, como exige a democracia. Ao mesmo tempo que a sociedade cobrou do governo federal a implementação das ações propostas no Programa, o governo federal, também, passou

Henrique Cardoso, o grande divisor de águas entre as boas intenções do governo brasileiro para a implantação da legalidade plena do sistema internacional, muitas vezes interrompida, adiada e outras esquecida, e a realização dessas intenções como resultado concreto da vontade política do governo brasileiro, pressionado pela necessidade real<sup>10</sup> de “reformular o Estado e democratizar a sociedade”, em ampliar e assegurar os direitos humanos e a cidadania, garantindo o Estado de Direito no País.

Dentre os temas abordados no I PNDH estavam as políticas de segurança pública, prevendo ações de renovação e modernização dos equipamentos; capacitação das polícias, por meio do incentivo com bolsas de estudos; e o apoio a experiências de policiamento

---

a cobrá-las não só dos governos estaduais e municipais como do Congresso Nacional, do Judiciário e da sociedade a participação necessária à implementação dessas ações. E com o objetivo de coordenar e monitorar a execução do PNDH, o governo FHC criou, em abril de 1997, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no Ministério da Justiça, nomeando como secretário José Gregori, então chefe de gabinete do ministro da Justiça, Nelson Jobim, e responsável pela coordenação e preparação do referido Programa (PINHEIRO e MESQUITA NETO, 1997). Posteriormente, com a saída do ministro José Carlos Dias, José Gregori assumiu o Ministério da Justiça.

10 Necessidades de medidas governamentais concretas frente a um aumento da criminalidade e da violência letal, frente às graves violações dos direitos humanos que frequentemente continuam a ocorrer por todo o País e muitas vezes com a conivência de governos estaduais e/ou autoridades e na grande maioria pelos próprios agentes da lei. Como exemplos podemos citar os casos mais conhecidos que marcaram o cenário político brasileiro, quer pela brutalidade quer pela impunidade que tem caracterizado a maioria: o assassinato por asfixia de detentos por policiais militares e civis no 42º Distrito Policial de São Paulo; o massacre de 111 presos, no presídio do Carandiru, em São Paulo, por policiais militares; as chacinas dos meninos da Candelária e a de Vigário Geral no Rio de Janeiro; o massacre dos sem-terra por policiais militares em Corumbiara (RO). E mesmo depois do lançamento do PNDH, casos continuaram a acontecer, como o massacre de trabalhadores sem-terra por policiais militares em Eldorado de Carajás (PA); torturas e assassinato de populares por policiais militares durante blitz realizada na cidade de Deus (RJ) (PINHEIRO, 1997; PINHEIRO e MESQUITA NETO, 1997).

comunitário. Os esforços do governo FHC sobre a temática das políticas de segurança pública, podem, ainda, ser enumerados por meio das seguintes iniciativas:

- Sanção da Lei 9.299/96 que transfere da Justiça Militar para a Justiça Comum os crimes dolosos contra a vida cometidos por policiais militares;
- Sanção da Lei Complementar nº 88/96 que estabelece o rito sumário nos processos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária;
- Sanção da Lei 9.415/96 que estabelece a presença obrigatória do Ministério Público durante a realização dos processos que envolvem litígios pela posse da terra nas zonas urbanas e rurais;
- Sanção da Lei 9.296/96 que regulamenta a escuta telefônica (inciso XII, parte final do art. 5º da CF);
- Sanção da Lei 9.303/96 que modifica o art.8º da Lei 9.034/96 (dispõe sobre o uso de meios operacionais para a prevenção e a repressão às ações do crime organizado);
- Sanção da Lei 9.455/97 que tipifica o crime de tortura e torna mais severas as penas contra torturadores;
- Sanção da Lei 9.437/97 que criminaliza o porte ilegal de armas e cria o Sistema Nacional de Armas (SINARM);
- Sanção da Lei 9.474/97 que cria o Estatuto dos Refugiados;
- Sanção da Lei 9.454/97 que cria o Registro de Identidade Civil e o Cadastro Nacional de Registro de Identidade Civil;
- Sanção da Lei 9.534/97 que universaliza a gratuidade da certidão de nascimento e de óbito (ADORNO, 2000; Human Rights Watch – Américas, 1999a/1999b).

Podemos, ainda, destacar como iniciativas importantes desse mesmo governo, a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no âmbito do Ministério da Justiça, em abril de 1997, e as parcerias que estes organismos têm implementado com ONGs e outras entidades da sociedade civil em várias frentes de ação. Entre estas atividades se destacaram: o Relatório sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial; Mapas sobre áreas de risco (nas cidades de São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador sob a coordenação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea-

-CEDEC); criação dos Balcões de Direito (prestação de serviços de assistência e assessoria jurídica em algumas cidades brasileiras); redes de proteção às vítimas e testemunhas da violência no Nordeste (uma iniciativa coordenada pelo Gabinete de Assessoria aos Movimentos Populares-GAJOP, no Recife) que norteou a criação de um Programa Nacional de Proteção às Vítimas e Testemunhas da Violência denominado de PROVITA; cursos de capacitação e formação para policiais civis e militares promovidos pela FLACSO, Cruz Vermelha Internacional, Anistia Internacional e por algumas universidades brasileiras<sup>11</sup>, criação do Programa Nacional de Informações Criminais-INFOSEG/Ministério da Justiça e dos Conselhos Regionais de Segurança Pública, dos serviços de disque-denúncia e o Projeto de lei para ampliação das Penas Alternativas.

Ressalta-se aqui o trabalho de vários Conselhos, Comissões e Grupos criados no âmbito do Ministério da Justiça para tratar de assuntos como a Reforma do Código Penal e do Código de Processo Penal, o Grupo de acompanhamento do ECA, o Grupo responsável pela avaliação do sistema de segurança pública sob a perspectiva dos direitos humanos e que apresentou trinta propostas para a elaboração do então Plano Nacional de Segurança Pública (com destaque para a formação policial), lançado no primeiro semestre de 2000, e, por fim, o Grupo, considerado de maior importância em todo esse processo, encarregado de monitorar e avaliar o desenvolvimento do Plano Nacional de Direitos Humanos (ADORNO, 2000, p.145).

Por outro lado, mesmo com todas essas iniciativas, pesquisa realizada pelo Data Folha, em junho e em setembro de 2000, indicava que a população brasileira, naquela época, se preocupava com o crescimento da violência e a falta de segurança nas cidades. A pesquisa ainda constatou que os brasileiros consideravam como os três maiores problemas da sociedade, em ordem decrescente, o de-

---

11 Ver BARREIRA, C., BRASIL, M.G.M. As academias de polícia e Universidade: parcerias e resistências. In: As universidades e a construção de novos modelos de polícia (Seminário Nacional). Porto Alegre: UFRGS/MJ/SJS-RS, 2001, p.151-164. Coleção Segurança Pública e Democracia.

semprego (48%), a segurança (13%) e a saúde (10%). Isso significa dizer que o crescimento dos índices de homicídios era acompanhado pelo, também, crescimento dos índices de desemprego na faixa etária de 15 a 24 anos e sem a devida execução das políticas de segurança pública.

- Na Região Metropolitana de São Paulo de 1979 a 1998 o desemprego entre jovens de 15 a 24 anos cresceu 543,9% e no de 1979 a taxa de desemprego que era 5,6% passou em 1998 para 27,9% (um em cada 3jovens estava desempregado);
- Se em 1979, o Brasil tinha 78 mil jovens (15 a 24 anos) desempregados, hoje tem 700mil (10 estádios lotados do Morumbi com jovens frustrados e sem perspectiva de vida melhor e marginalizados);
- No Brasil de 1989 a 1998 os desempregados de 15 a 24 anos triplicaram, ou seja, saltaram de 1 milhão para 3,3 milhões;
- Em 1975 quando a taxa de desemprego era de 5,6% a taxa de homicídios chegava a 8 por mil/ hab. Em 1999, a taxa de desemprego era em média de 8,5 e a taxa de homicídios era de 66 por 100mil/h.
- Concluindo, o homicídio cresceu 7 vezes, e o desemprego na faixa de 15 a 24 anos, 8 vezes (Folha de São Paulo, 25.06.2000, p. C6).

Retornando ao ponto inicial, podemos dizer que seria irresponsabilidade, na época, fazer uma ligação automática entre desemprego dos jovens de 15 a 24 anos e o aumento da criminalidade e da violência social nas cidades brasileiras. Mas, diante dessa realidade, podíamos dizer com certeza absoluta que a junção desses dois fenômenos a outros fatores como a impunidade, a falta de eficácia e eficiência da instituição policial, a morosidade e a ausência da Justiça, a carência de espaços de lazer nos bairros e comunidades da periferia, o apodrecimento do sistema prisional, a precariedade das escolas públicas, o aumento do tráfico de drogas (sem esquecer da sua associação com tráfico de armas e de seres humanos) acabaram contribuindo para a manutenção e o agravamento do quadro descrito.

No caso do Ceará,<sup>12</sup> segundo estudiosos, o modelo concentrador de renda do Estado tem sido o principal responsável pelo aumento da criminalidade e da violência social e o exemplo mais direto desta afirmação estaria no fato de que os esforços e investimentos do governo do Ceará direcionado às políticas de segurança pública, como a criação, em 1997, da Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania<sup>13</sup> não conseguiram desacelerar o crescimento da criminalidade e da violência social na capital e posteriormente irão se expandir para as cidades do interior. De acordo com a Associação de Parentes e Amigos de Vítimas da Violência – APAVV, em 1999 ocorreram 880 mortes causadas por armas de fogo e brancas, o que corresponde a 73 homicídios ao mês e mais de 2 ao dia. Se compararmos os dados dos 3 primeiros meses de 1999 com os dados referentes ao mesmo período do ano de 2001, podemos constatar um crescimento de 18% (Pronunciamento do deputado Artur Bruno na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 12.05.2001).

Com relação à taxa de homicídios entre jovens por 100 mil habitantes, Fortaleza estava em 20º lugar entre as capitais brasileiras,

---

12 Na época, os 10% da população mais rica do Ceará tinha renda média familiar per capita de 10,34SM, enquanto os 10% mais pobres tinha renda média familiar de 0,14 SM, ou seja, 74 vezes menos. O Banco Mundial usa, na época, o valor fixo de R\$ 65,00 no Brasil para estabelecer a linha de pobreza. Considerando este parâmetro, o BIRD apontou, em seu relatório sobre o desenvolvimento econômico do Ceará, 49% dos cearenses estavam abaixo da linha da pobreza. Pronunciamento do então deputado estadual Arthur Bruno (PT), em 2001, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

13 Criada, em 1997, no segundo Governo Tasso Jereissati como Secretaria de Segurança e Defesa da Cidadania, teve o nome alterado para Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, em 2000, no terceiro Governo Tasso Jereissati. Concebida como marco das mudanças operacionalizadas no setor por meio da unificação dos comandos e das atividades da Polícia Militar, Civil e do Corpo de Bombeiros cujo os exemplos concretos foram a criação dos “Distritos-Modelo” e do Centro Integrados de Operações de Segurança-CIOPS. Sobre o assunto ver: BRASIL, M. G. M. A segurança pública no “Governo das mudanças”: moralização, modernização e participação. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: < <https://bit.ly/43wVf5K>>.

acrescido do fato de que ocorreu um crescimento significativo deste tipo de violência no Distrito Federal e nos Estados do Espírito Santo, Amapá, Pernambuco, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará (Jornal O POVO, 17.08.2000, p.17A). Ratificando estes dados, o epidemiologista Ernani Vasconcelos, informou que a profissão que mais aparecia nas estatísticas de mortos nos anos de 1997, 1998 e 1999 no Ceará era a de estudante e só perdia para os mortos sem profissão. Com mais precisão, o coordenador do Grupo de Estudos da Violência e Saúde (GEVIS/UFC), médico Mário Mamede, informou que a principal causa morte na faixa entre 15 a 35 anos era a violência. Indicando, ainda, que no Ceará, a violência era a segunda causa de óbitos, só perdendo para as doenças cardiovasculares. Observa que o homicídio entre jovens estava diretamente relacionado ao envolvimento destes com brigas de gangues<sup>14</sup> (Jornal O POVO, 29.08.2000, p.8A).

Houve, ainda, um crescimento anual no número de homicídios e latrocínios entre os anos de 1996 a 1999, na Região Metropolitana de Fortaleza, conforme dados da Divisão de Investigação Criminal (DIC)<sup>15</sup> da SSPDC, reforçado pelo aumento continuado dos roubos a banco, carros fortes, farmácias e outros estabelecimentos comerciais no estado. O número de mortes no trânsito por grupo de 10 mil veículos passou de 7,66 (de janeiro a junho de 1998) para 11,86 no mesmo período de 1999.

Um outro vetor considerado preocupante era o que se referia à violência doméstica contra crianças e adolescentes, uma vez que este vem também reforçando o quadro de criminalidade e da violência

---

14 Para melhor entender como ocorreu as transformações sociais “nas maneiras de se relacionar e de fazer o crime na cidade”, no cotidiano de moradores das periferias, onde antes conviviam com gangues e hoje convivem com as “facções criminosas” ver PAIVA, L. F. S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza. Cadernos CRH, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, jan./abr. 2019.

15 Nos últimos quatro anos os homicídios, na Região Metropolitana de Fortaleza, corresponderam a 601 em 1996, 647 em 1997, 701 em 1998 e 703 em 1999 (Divisão de Investigação Criminal (DIC) da SSPDC, 2000).

social na cidade de Fortaleza. Nos meses de julho de 1998 a maio de 1999, foram registrados 1.276 casos de maus-tratos, ou seja, 456 de negligência familiar, 327 de violência psicológica e 263 de abandono (Jornal O POVO, 07.01.2000, p.5A).

Naquela época, a violência contra a mulher também se destacava nos índices estatísticos. Pesquisas realizadas pelo projeto de levantamento estatístico intitulado *Os Mortos Falam*, coordenado pelo médico Francisco Simão, diretor técnico científico da SSPDC, divulgaram que nos primeiros meses de 1998, foram assassinados 24 vezes mais homens que mulheres. Havendo, contudo, uma redução na proporção desses índices, ou seja, um aumento da violência contra a mulher, uma vez que foram 19 mortes de mulheres por homicídio nos meses de janeiro a junho de 1998, dez a menos que no primeiro semestre de 2000 (Jornal O POVO, 31.07.2000 p.4A).

Por último, segundo denúncias veiculadas pela imprensa e pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no período de 1997 a 1999 ocorreram 99 denúncias de torturas e maus-tratos envolvendo a Polícia Militar e a Polícia Civil do Ceará (75 contra PMs, 16 contra PCs e 8 contra PMs e PCs).

Diante dessa realidade do passado recente nos perguntávamos o que pensava a população? Pesquisa realizada pelo jornal Folha de São Paulo, em 2000, constatava que para 75% dos brasileiros o Exército deveria ir para as ruas combater a violência e 48% defendiam a pena de morte, ou seja, o combate à violência deveria ser feito com mais violência e repressão. Outros 47% da população discordava da pena de morte e 58% defendia que a prioridade do governo para combater a violência deveria vir pela aplicação de mais recursos em projetos sociais para reduzir o desemprego e melhorar o setor de educação no País e 47% se colocavam contra a pena de morte (Folha de São Paulo (Cotidiano), 25.06.2000, p.C6).

Nesse contexto, o governo FHC buscava a resolução da criminalidade por meio de investimentos no aparato policial com o lan-

çamento do Plano Nacional de Segurança Pública. Segundo Luiz Eduardo Soares, o mesmo veio “a público sob a forma canhestra de listagem assistemática de intenções heterogêneas” (2007, p. 83), porque, ainda de acordo com o autor, faltou-lhe definir as prioridades a serem atendidas, problemas a serem superados, mudanças a serem incrementadas e articuladas, ou seja, faltando-lhe realmente a concretização de uma política pública. Mas, essa discussão ainda não será abordada neste trabalho, mas algum tempo depois da criação do LabVida, em decorrência de seus estudos e pesquisas.

Diante de um cenário marcado pelo crescimento das mais diferentes formas de violência, conflitos sociais assim como pelo aprofundamento da desigualdade social fazia-se urgente e necessário trazer para o ambiente acadêmico esses debates e, naquele momento, a criação do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética proporcionou a inclusão desses debates no espaço acadêmico e organizou uma pauta na qual estas questões se tornaram temas de estudos, pesquisas e extensão na universidade, por meio de atividades desenvolvidas pelos seus pesquisadores e grupos de estudo e pesquisa articulados em rede e em aproximações com a sociedade civil. Ao mesmo tempo os resultados eram apresentados em circuitos acadêmicos como encontros, seminários, ciclos de debates, congressos e entrevistas promovidas pelos meios de comunicação de massa e, posteriormente, nas mídias sociais. Muitos desses estudos e pesquisas, ainda, subsidiaram políticas públicas de formação para as forças de segurança por meio das parcerias realizadas com o poder público (união, estado, municípios) e as universidades públicas. O resultado desses estudos e pesquisas, ainda, subsidiaram projetos de intervenção e avaliação de políticas públicas e, dos quais destacamos ações direcionados a jovens em conflito com a lei e em situação de vulnerabilidade e iniciativas que deram visibilidade às questões de educação das forças de segurança tanto local quanto nacional e internacional como pode se constatar na produção técnica e acadêmica das atividades desenvolvidas sob o guarda-chuva do LabVida nas últimas duas décadas.

Compartilhamos do pensamento de Lindgren Alves (2012, p. 84) ao afirmar que é “... preciso salvar os direitos humanos do descrédito em que se encontram em todo mundo”. Para a sua garantia, o embaixador, nos ensina que não basta a ação dos Estados ou das Nações Unidas; é necessária uma ação conjunta com ONG’s e ativistas de direitos humanos. Acrescentamos, ainda, ao pensamento de Lindgren Alves (2012), o papel essencial das universidades e de pesquisadores e grupos de pesquisa, como é o caso do LabVida, para o fortalecimento dos direitos humanos, considerados pelo embaixador como as “armas e escudos ético-jurídicos (...) contra o arbítrio e as iniquidades no mundo” (p. 86).

Hoje, ao olharmos a trajetória das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas sob o guarda-chuva do LabVida por seus pesquisadores, bolsistas e estagiários até nos parece muito, mas na realidade é, apenas, um punhado de areia no deserto a nossa frente, pois, conforme nos lembra Elias (1997), o processo civilizador também tem seus retrocessos e nada mais real do que o momento que vivemos hoje no Brasil. Queremos com isso dizer que a criação do LabVida foi apenas o *initium* (ARENDDT, 2014) que exigiu muito de todos nós e exige mais a cada dia na grande tarefa que ainda nos espera na construção do processo civilizador em suas lutas cotidianas na defesa, promoção e garantia da gramática dos direitos humanos e de cidadania.

### **“Cogitamus!” LabVida tecendo suas redes de interlocução: universidade, sociedade civil e poder público**

Voltemos a Bruno Latour e seus estudos sobre os laboratórios de pesquisa acadêmica. No ano de 2010, o pensador francês lança o livro “*Cogitamus: Six lettres sur les humanités scientifiques*”<sup>16</sup>, composto por seis ensaios, escritos sob o formato de cartas para uma aluna, nas quais o autor discute o papel da ciência no mundo contemporâ-

---

16 Traduzido para o português pela Editora 34, no ano de 2016 (1ª edição) sob o título: “Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades”

neo, a partir da realização de um curso denominado “Humanidades científicas”. O título do livro é uma provocação ao filósofo francês René Descartes, considerado o pai da filosofia moderna e autor da máxima *Cogito ergo sum*, a qual, em geral, é traduzida para o português como “Penso, logo existo”. Na quarta carta, Latour (2013) explica para a sua aluna que compreende os laboratórios de pesquisa como um “cadáver requintado”, se referindo a técnica surrealista *cadavre equis*<sup>17</sup>, na qual cada participante contribui na escrita do texto ou ao desenho e ao final, tem-se um produto textual ou visual produzido por todos os participantes.

Logo, para Latour (2013), os laboratórios de pesquisa não são um espaço onde a ciência se faça individualmente ou solitariamente, mas sim coletivamente e colaborativamente. Isso significa que para o autor, o trabalho de pesquisa realizado pelos laboratórios acadêmicos é um trabalho colaborativo, em que cada pesquisador faz a sua contribuição e, por isso, a frase correta a ser proferida por Descartes não seria “Penso, logo existo”, mas sim “Pensamos, logo existimos”, ou seja, “Cogitamus”!

É nesse sentido que o LabVida foi pensado, desde o seu projeto de criação, ou seja, como um espaço de cooperação acadêmica e de interlocução entre a Universidade, a Sociedade Civil e o poder público. O ensino seria a porta de entrada e a pesquisa e extensão os eixos norteadores do pensar e do fazer por meio de trocas múltiplas entre saberes acadêmicos e do senso comum. Assim, o LabVida nasce como órgão vinculado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará, tendo seus objetivos sistematizados no quadro 1 a seguir.

---

17 Técnica desenvolvida pelo movimento surrealista francês, na década de 1920, a qual consistia em uma construção coletiva de textos e desenhos, em que cada participante fazia a sua contribuição (SOUZA, 2015).

## QUADRO 1 – OBJETIVOS DO LABVIDA

- 
- Promover atividades de pesquisa e extensão visando a produção de conhecimentos e atender as demandas colocadas pela sociedade.
- 
- Criar um banco de dados com informações sobre os serviços e programas realizados pelas diversas entidades e/ou organismos de direitos humanos locais, nacionais e internacionais.
- 
- Estimular as discussões temáticas sobre direitos humanos, cidadania e ética no contexto acadêmico das atividades curriculares do Curso de Serviço Social.
- 
- Contribuir com atividades de consultoria e/ou assessoria nas áreas de direitos humanos, cidadania e ética junto à gestão pública, às organizações não governamentais, aos movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil;
- 
- Subsidiar e apoiar projetos de pesquisa/ensino e extensão na área das políticas de segurança pública visando a democratização, profissionalização e capacitação dos agentes de segurança pública.
- 
- Fomentar a articulação com os vários núcleos de estudo, pesquisa e extensão existentes na UECE, bem como com outras entidades e universidades locais, nacionais e internacionais.
- 
- Constituir-se num espaço de estudo e pesquisa para apoiar e subsidiar a realização de monografias dissertações e teses acadêmicas.
- 
- Proporcionar a reflexão e o debate sobre as temáticas direitos humanos, cidadania e ética, valorizando a parceria das experiências empíricas de entidades de direitos humanos com o saber acadêmico.
- 
- Desenvolver ações e projetos pedagógicos voltados para a capacitação da população negras, quilombolas e indígenas nas áreas de direitos humanos, sociais e políticos;
- 
- Participar das discussões e debates sobre direitos humanos, cidadania e ética realizadas por organismos e entidades nacionais e internacionais de direitos humanos e outros.
- 

FONTE: WWW.UECE.BR/LABVIDA

A realização desses objetivos se fez, inicialmente, por meio da implementação de um projeto-piloto em três frentes de atuação, como descritas no quadro 2.

## QUADRO 2 – FRENTES DE ATUAÇÃO DO LABVIDA

- 
- Criação da disciplina de Direitos Humanos e Cidadania no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará e, posteriormente, a realização de Seminários Temáticos constituindo-se, assim, um espaço de estudo, pesquisa e extensão tendo como referência a gramática dos direitos humanos, dos direitos de cidadania e das relações ético-políticas.
- 
- Prestação de serviços técnicos voltados às entidades governamentais e ONGs e comunidades por meio da realização de oficinas de direitos humanos, cidadania e ética com a finalidade de formação profissional e multiplicadores;
- 
- Execução de projetos de pesquisa vinculados aos temas estudados por seus pesquisadores e associados/parceiros.
- 

FONTE: WWW.UECE.BR/LABVIDA

A disciplina Direitos Humanos e Cidadania foi criada no Curso de Serviço Social, no ano de 2000, como proposta empírico-teórica do LabVida. A finalidade era criar uma rede capaz de subsidiar estudos e pesquisas envolvendo a temática dos direitos humanos e cidadania a partir de acontecimentos do cotidiano em sociedade, objetivando, dessa maneira, sensibilizar alunos e futuro profissionais para a relevância e a complexidade dessa discussão na compreensão de um mundo marcado pelas diferentes relações sócio-políticas e ético-culturais que nos faziam/fazem algumas vezes espectadores e até protagonistas de fatos “demasiados humanos” e em outras vezes de fatos que expressam a “banalidade do mal” como é o caso da criminalidade e da violência social. A finalidade da disciplina era, sobretudo, privilegiar a reflexão mais complexa de determinados fatos, previamente escolhidos em sala de aula, que nos possibilitassem progredir em nossa teorização de base empírica, ou seja, da descrição, compreensão e/ou narrativa de situações concretas para uma analítica crítica tanto de micros como macros fenômenos sociais.

A criação da disciplina foi fundamentada, inicialmente, por discussões teórico-empíricas da gramática dos direitos humanos conjugadas, conforme Pinheiro (1996), pelos governos brasileiros pós-1985 por meio das políticas públicas implementadas por esses governos com base na proteção dos cidadãos contra as graves violações de direitos humanos, garantidas através do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, do Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Foram, então, essas discussões iniciais que fundamentaram a criação da disciplina de Direitos Humanos e Cidadania com os objetivos enumerados no quadro 3 a seguir.

## QUADRO 3 – OBJETIVOS DA DISCIPLINA DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

- Incentivar o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos e cidadania no meio acadêmico;
- Cultivar a reflexão transdisciplinar na educação por meio de uma cultura de direitos humanos e cidadania;
- Sensibilizar os alunos e os futuros profissionais para construção de diálogos e compromissos por meio da participação crítica e ativa na construção de uma cultura de direitos humanos e cidadania na sociedade contemporânea;
- Proporcionar aos participantes condições de possibilidades para a compreensão das discussões que envolvem a gramática direitos humanos e dos direitos de cidadania nas estruturas de poder das instituições na sociedade democrática.
- Fomentar a realização de estudos e pesquisa envolvendo a temática direitos humanos e cidadania.

FONTE: EMENTA DA DISCIPLINA DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, 2000.

Com o desenvolvimento da disciplina de Direitos Humanos e Cidadania, viu-se a possibilidade da realização de Seminários Temáticos que abordassem temas envolvendo os Direitos Humanos e de Cidadania no cotidiano da vida em sociedade. Seriam espaços de trocas de saberes entre a sociedade civil e os estudos/pesquisas realizados na universidade com a finalidade de promover diálogos e aproximações entre saberes acadêmicos e do senso comum numa perspectiva transdisciplinar que possibilitasse aos alunos participar de uma rede de diálogos por meio da educação para os direitos humanos, a cidadania e a ética. O primeiro Seminário Temático Direitos Humanos e Cidadania foi realizado na Universidade Estadual do Ceará, em 2001, como atividade extensiva da disciplina de Direitos Humanos e Cidadania, do Curso de Graduação em Serviço Social.

A experiência com os Seminários Temáticos nos proporcionou ampliar o debate para além dos muros da Universidade e, a partir de 2015, foi criado o Ciclo de Debates Direitos Humanos e Cidadania que substituiu os Seminários Temáticos e passou a ser um evento anual do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética sem, contudo, se distanciar do propósito inicial dos Seminários que era se constituir como um espaço de cooperação acadêmica e de interlocução entre a Universidade, a Sociedade Civil e o poder público. E am-

pliou suas atividades por meio das parcerias com outras instituições de ensino superior, seus laboratórios, núcleos, grupos de pesquisa e, entidades da sociedade civil, instituições públicas, interlocutores políticos, pesquisadores e movimentos sociais comprometidos com a construção de diálogos transdisciplinares numa sociedade marcada pela violação dos direitos humanos e pela negação da cidadania.

Ao longo dos seus 22 anos<sup>18</sup>, o LabVida foi se constituindo por professores pesquisadores, estudantes bolsistas, profissionais de Serviço Social e de áreas afins que participaram de estudos e pesquisas relacionados à temática dos Direitos Humanos, Cidadania e Ética.

Nesse sentido, buscou-se contribuir de modo efetivo e plural para o debate acadêmico e político-social, voltado para o estudo e a investigação dos conflitos sociais e das violências que de maneira direta e indireta foram gestados pela violação dos direitos humanos e de cidadania na sociedade contemporânea. Fizemos isso a partir dos seguintes eixos: Cidadania e Movimentos Sociais; Direitos Humanos e Cidadania e Políticas de Segurança Pública. Posteriormente foram agregadas as linhas de pesquisa do Mestrado Acadêmico em Serviço Social-MASS (Estado, Questão Social e Serviço Social); do Programa de Pós-Graduação em Sociologia PPGS (Sociabilidades e Poder) da Universidade Estadual do Ceará – UECE, do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará- UFC (Violência Urbana e Conflitualidade) e do Grupo de Violência e Conflitualidade da Universidade Federal do Rio Grande – UFRGS (Criminalidade e Segurança Pública; Educação em Segurança Pú-

---

18 Ao longo dos seus 22 anos, o LabVida teve 42 bolsistas (25 com bolsa de Iniciação Científica, 2 com bolsa de Apoio Técnico e 15 com bolsa de Apoio ao Estudante), mais 34 pesquisadores com bolsa de Mestrado, 3 com bolsa de doutorado e 4 com bolsa de Monitoria. Participaram ainda dos grupos de estudo 12 alunos de pós-graduação que realizaram estágio de docência sob a nossa supervisão, dois professores doutores visitantes de IES em atividades de pesquisa e alguns profissionais graduados que estavam se preparando para seleção na pós-graduação. Em 2006, o Laboratório recebeu uma estudante da Universidade da Virginia (EUA) que veio realizar estágio de 6 meses.

blica; Gestão Pública e Políticas Públicas de Segurança). Foram essas linhas de pesquisa que nos possibilitaram sedimentar as bases para implementação e realização de pesquisas, atividades de extensão e outras atividades de interesse público e, muitas vezes, foram desenvolvidas em parcerias com grupos e laboratórios de outras instituições de ensino superior.

Esses eixos/linhas de pesquisa tiveram um papel fundamental na criação do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Políticas de Segurança Pública (GPDHSP)<sup>19</sup>, em 2002, pelos pesquisadores do LABVIDA. É por meio do GPDHSP, em parceria com outros grupos de pesquisa local e nacional, que o LabVida tem proposto e implementa suas atividades de pesquisa, extensão e ensino e, assim contribuído com a produção do conhecimento por meio da realização de estudos e dos resultados de suas pesquisas<sup>20</sup> financiadas por convênios e/ou editais públicos lançados por instituições como o Ministério da Justiça, Ministério da Assistência Social, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ANPOCS, CLACSO, Fundação Joaquim Nabuco/UFRJ, Fundação Ford, MCT/CNPq/CAPES, FINEP, FUNCAP. E, também, por meio de parcerias e/ou convites realizadas por entidades/órgãos tanto nacionais como internacionais; o que pode ser observado nas pesquisas e outras atividades técnicas desenvolvidas nas últimas duas décadas sob o guarda-chuva do LabVida e/ou em parceria com outros grupos/laboratórios/centros e núcleos de estudo e pesquisa como sistematizadas e descritas no ANEXO.

---

19 Acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <<https://bit.ly/3Nqe5WB>>.

20 Os resultados das pesquisas têm sido divulgados tanto por meio de eventos acadêmicos como ciclos de debates, seminários, fóruns, congressos e conferências nacionais e internacionais e, ainda, por meio de entrevistas e debates realizados nos meios de comunicação de massa e/ou nas mídias sociais, além da publicação em anais de encontros acadêmicos e ainda em artigos, livros, jornais e outros.

## Considerações finais

A partir das reflexões empreendidas aqui, podemos destacar dois aspectos que consideramos importantes em toda a constituição do memorial de criação do Laboratório de Direitos Humanos na Universidade Estadual do Ceará. O primeiro diz respeito ao fato da criação de um laboratório de pesquisa na área das ciências humanas e sociais não se fazer de maneira endógena, descolado da realidade sócio-histórica na qual o mesmo está inserido. Deste modo, o LabVida não surge, tão somente, de vontades pessoais, mas como resultado da necessidade de se trazer para dentro dos muros da Universidade o debate sobre a realidade social, política, econômica e cultural vivenciada no Brasil dos anos 1990.

Como vimos, naquela época, embora estivéssemos vivendo um período “pós-redemocratização” havia um contexto social demarcado pelo aprofundamento da desigualdade social e dos elevados índices de violência que podiam ser constatados, mais precisamente, nas taxas de homicídios, latrocínios, violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes, violência no trânsito, brigas de gangues e casos de tortura e violência praticadas por agentes das forças de segurança pública. Ao mesmo tempo em que eram vivenciadas tentativas do poder público em legalizar o sistema internacional de direitos humanos no país e de construir uma política nacional de segurança pública que estivesse mais adequada ao Estado democrático de direito. Contudo, essas tentativas ficavam, na maior parte das vezes, dependentes da vontade política dos governantes. Não à toa, o país levou dez anos para desenvolver o I Programa Nacional de Direitos Humanos, documento necessário para o estabelecimento das diretrizes, objetivos estratégicos, metas e ações programáticas para que os direitos humanos, finalmente, ganhassem concretude no Brasil.

Um segundo aspecto a destacar é o fato de que os laboratórios não se fazem sozinhos. Eles se constroem, diariamente, por meio das suas redes de colaboração, cooperação e intercâmbio acadêmica. No caso do LabVida, vemos essas interlocuções por meio das parcerias

e redes que foram sendo formadas, ao longo dos anos, com outros grupos, núcleos, centros e/ou laboratórios de estudos e pesquisa de instituições de ensino superior tanto local como nacional e internacional. Destacamos ainda os diálogos e aproximações com alunos, pesquisadores e professores, sobretudo com entidades da sociedade civil e o poder público.

Por fim, não podemos deixar de mencionar que a criação do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética buscou e, ainda, busca contribuir de modo efetivo e plural para o debate político-social e acadêmico por meio de estudos e investigações dos conflitos sociais gestados pela violação dos direitos humanos e de cidadania na sociedade contemporânea; sedimentar as bases para a implementação de linhas e grupos de pesquisa no Curso de Serviço Social e posteriormente nos Cursos de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Sociologia e Serviço Social; assim como, fomentar o compromisso de alunos, professores e demais profissionais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária que tenha como finalidade a defesa, garantia e promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

A discussão da gramática dos Direitos Humanos nos remete, ainda no terceiro milênio, a uma sociedade apartada socialmente, marcada pelas discriminações de gênero e raça; assim como pelo ódio ao diferente, aos mais vulneráveis como os grupos LGBTQIA+, quilombolas, indígenas e populações pretas moradoras das periferias. São práticas cotidianas de violação dos direitos humanos, de negação da cidadania e que acabam por revelar a ausência de compromisso ético-político nas relações humanas e sociais que permeiam impunemente as relações de poder operadas nos espaços públicos e privados, quer nos regimes de governos autoritários, quer nos regimes de governos de democracias inacabadas como é o caso brasileiro.

Por fim, não podemos dizer que a realidade que nos impulsionou a criar o LabVida seja a mesma, assim como não ignoramos, já dito antes, que o processo civilizatório tem seus avanços e retrocessos e, durante as duas décadas de existência do LabVida, vivenciamos

muitos avanços na promoção, defesa e garantia dos direitos humanos e de cidadania da maioria da população; assim como estamos vivenciando hoje o ataque brutal e sem qualquer pudor a esses mesmos direitos e, o público alvo tem sido a população mais vulnerável que antes foi beneficiada com a garantia desses direitos por meio de políticas públicas mais inclusivas. Essas são questões que alteram as relações entre governantes e governados e mexem com vidas humanas. E, nesse processo, continuamos nossa caminhada tendo como referência o marco civilizatório no qual o compromisso com a educação assume sua responsabilidade não só para compreensão da nossa condição humana e desumanizada como para possibilitar pensar saídas. E parafraseando Michel Foucault (DELEUZE, 1992): um pouco de possível, senão nós sufocamos!

## Referências

### *Livros e artigos*

ADORNO, S. Insegurança versus direitos humanos – entre a lei e a ordem. **Tempo Social** (São Paulo), v.11, n.2, p.97-128, fev. 2000.

ADORNO, S. Conflitualidade e violência – reflexão sobre a anomia na contemporaneidade. **Tempo Social** (São Paulo), v.10, n.1, p.9-47, mai. 1998.

ARENDT, H. **A condição humana**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BARREIRA, C., BRASIL, M.G.M. As academias de polícia e Universidade: parcerias e resistências. In: **As universidades e a construção de novos modelos de polícia** (Seminário Nacional). Porto Alegre: UFRGS/MJ/SJS-RS, 2001, pp.151-164. (Coleção Segurança Pública e Democracia,1)

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de ética do (a) assistente social comentado**. Cortez Editora, 2012.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL, M. G. M. **A segurança pública no “Governo das mudanças”**: moralização, modernização e participação. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17894>>.

BRASIL, M. G. M. O assistente social pensando a profissão na relação direta dos direitos sociais com os direitos humanos. **Jornal do CRESS - 3ª Região**, Fortaleza: 2001, p.2.

DELEUZE, G. **Conversações (1972-1990)**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. (Coleção TRANS).

ELIAS, N. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução dos hábitos no século XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1978.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório global sobre a situação dos direitos humanos no mundo 2000**. São Paulo: <https://bit.ly/3CqrebP>, 1999a.

HUMAN RIGHTS WATCH. **O Brasil** (Recomendações da Human Right Watch para garantir a implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos). São Paulo: <https://bit.ly/3CqrebP>, 1999b.

LATOURETTE, B. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOURETTE, B. **Cogitamus: Seis cartas sobre las humanidades científicas**. Argentina: Paidós, 2013.

LINDGREN ALVES, J. A. É preciso salvar os direitos humanos! **Lua nova: Revista de cultura e política**, p. 51-88, 2012.

MILLS, C. W. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1980.

PAIVA, L. F. S. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, Jan./Abr. 2019.

PINHEIRO, P. S. & MESQUITA NETO, P. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. **Estudos Avançados** (São Paulo), v.11, n.30, p.117-34, 1997. (Dossiê direitos humanos).

PINHEIRO, P. S. O passado não está morto: nem passado é ainda (Prefácio). In: DIMENSTEIN, G. **Democracia em pedaços**: direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOARES, L. E. S. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas**. Estudos Avançados. Vol. 20, 2007, pp. 77-97.

### *Jornais e documentos*

Assassinatos são a principal causa de mortes entre jovens. Jornal O POVO (Brasil), Fortaleza: 18.12.1999, p. 18A.

Brasil pode registrar 37 mil homicídios este ano (Agencia Medirecional). Jornal O POVO (Brasil), Fortaleza: 14.11.1999, p.18A.

Como não ser enganado pelo presidente (Gilberto Demenstein), Folha de São Paulo ( Cotidiano), São Paulo: 25.06.2000, p. p.C6.

ESTADO DO CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Pronunciamento do deputado Artur Bruno (PT). Fortaleza: <https://bit.ly/3CpoSd4>, 2001.

Especialistas alertam que a violência já é caso de saúde pública. Jornal O POVO (Cidades), Fortaleza: 29.08.2000, p.4A.

Fortaleza é a oitava cidade em índice de assassinatos. Jornal O POVO (Cidades), Fortaleza; 20.06.2000, p.5A.

Homens na mira. Jornal O POVO (Cidades), Fortaleza: 31.07.2000, p.4A.

Indicadores da polícia mostram que crimes aumentaram desde 96 (Patrícia Karan). Jornal O POVO (Cidades), Fortaleza: 07.01.2000, p.5A.

Número de homicídios no Brasil (1980-2007). Disponível em: <<https://bit.ly/3P8EPMA>>

Ministério da Justiça e Segurança Pública. O Ministério da Justiça na Nova República. Disponível em: <<https://bit.ly/3Pc36kV>>.

Taxas de homicídios. Atlas da Violência/Ipea/FBSP. Disponível em: <<https://bit.ly/3Nn0wH9>>

Três estados lideram taxa de homicídios entre os jovens. Jornal O POVO (Brasil), Fortaleza: 17.08.2000, p.17A.

## Anexo

### PESQUISAS E ATIVIDADES TÉCNICAS<sup>21</sup> REALIZADAS NO LABVÍDA

<b>2019 – Atual</b>	SUICÍDIO DE POLICIAIS: estudo comparado do fenômeno no Brasil e no Ceará. Instituição: PPGS/LabVida/UECE Financiador (es): FUNCAP/CNPq/UECE
<b>2020 – 2020</b>	Atuação das Polícias Militares em tempo de pandemia nas cidades brasileiras Instituições: LabVida/UECE, Unicamp, IP/USP Financiador (es): CNPq/CAPES
<b>2016 – 2019</b>	As políticas de redução e controle da violência urbana – modelos e tipos ideais de gestão das políticas de segurança pública: o Pacto por um Ceará Pacífico? (CHAMADA Pq 2015) Instituições: LabVida/UECE Financiador (es): MCT/CNPq
<b>2013 – 2016</b>	Os desafios da formação das guardas municipais: experiências de Fortaleza e RM de Porto Alegre. (CHAMADA Pq 2012) Instituição: LabVida/UECE Financiador: MCT/CNPq
<b>2013 – 2014</b>	As guardas municipais e a formação dos seus efetivos: experiências das cidades de Fortaleza e Porto Alegre (Pós-doutoramento Sênior PSD) Instituições: Grupo Violência e Cidadania/PPGS/UFRGS e LabVida/UECE Financiador (es): MCT/CNPq
<b>2011 – 2016</b>	Políticas de segurança pública, trabalho policial e conflitualidades (Chamada MCT/CNPq/CAPES- Ação Transversal nº 06/2011- Casadinho/Procad). Instituições: MAPPS/LabVida/COVIO/UECE e GVC/PPGS/UFRGS Financiador (es): CNPq/CAPES
<b>2011 – 2014*</b>	Etnografias urbanas: redes, conflitos e lugares Instituições: LEV/UFC, COVIO/UECE e LabVida/UECE Financiador (es): FUNCAP
<b>2010 – 2013</b>	Os impactos da nova formação policial: experiências com policiamento comunitário (Ceará, Pará e Rio Grande do Sul). (CHAMADA Pq 2009) Instituição: LabVida/UECE Financiador (es): MCT/CNPq
<b>2010 – 2012*</b>	JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E DROGAS – Os desafios da Política de Segurança Pública no Estado do Ceará. Instituições: LEVIS/URCA e LabVida/UECE Financiador (es): FUNCAP
<b>2009 – 2010</b>	Cartografia da criminalidade e da violência na cidade de Fortaleza (Contrato de Serviço Nº 01/2009 realizado entre a FUNECE-Fundação Universidade Estadual do Ceará- com intervenção do Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos-IEPRO- e a GMF) Instituições: LabVida/UECE COVIO/UECE e LEV/UFC Financiador (es): Prefeitura Municipal de Fortaleza / Ministério da Justiça-MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP

21 (\*) Participamos como parceiros.

<b>2008 – 2012</b>	Os limites e potencialidades da nova formação policial nas parcerias da universidade com as academias de polícia no Ceará (Processo:566326/2008-6. CNPq /Chamada: Edital nº 06/2008 – Faixa B) Instituição: MAPPs/LabVida/UECE Financiador (es): MCT/CNPq
<b>2008 – 2010*</b>	Pesquisa sobre o Sistema Socioeducativo no Estado: participação no quadro nacional Instituição: NUPES/UECE Financiador (es): FUNCAP
<b>2008 – 2010</b>	O impacto da nova formação policial no programa Ronda do Quarteirão: uma proposta de policiamento comunitário? (Processo 9054/08 – Edital 05/2008 Segurança pública – Convênio nº 03/2008-FUNCAP/FCPC) Instituição: MAPPs/LabVida/UECE Financiador (es): FUNCAP
<b>2006 – 2008*</b>	Projeto de Pesquisa Violência Urbana, Polícias Militares Estaduais e Políticas Públicas de Segurança (CE, RS, PA, MT, PE, RJ, DF). Instituição: GVC/UFGRS Financiador (es): Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT/FINEP)
<b>2005 – 2005</b>	Projeto de Pesquisa Aplicada – Estudo e análise comparativa das dinâmicas, padrões estatísticos espaciais e fatores explicativos da incidência de crimes relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes entre a cidade de Fortaleza e sua Região Metropolitana Instituição: LabVida/UECE Financiador (es): ANPOCS – Cooperação / Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.
<b>2005 – 2005*</b>	Projeto de Pesquisa Aplicada Experiências de Integração Institucional das Academias de Polícia Militar e das Escolas da Polícia Civil e os convênios realizados com as Universidades Públicas, nos Estados do Rio Grande do Sul, Ceará, Pará e Mato Grosso. Instituição: GVC/UFGRS Financiador (es): ANPOCS – Cooperação / Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – Auxílio financeiro.
<b>2003 – 2005</b>	A face feminina da polícia civil: inserção das mulheres na hierarquia de poder do sistema de segurança pública do Ceará Instituição: LabVida/UECE Financiador (es): MCT/CNPq
<b>2002 – 2003</b>	O perfil das crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual doméstica em Fortaleza nos anos 2000 a 2001 (pesquisa foi realizada no SOS Criança e no Projeto Sentinela na cidade de Fortaleza). Instituição: LabVida/UECE Financiador (es): FUNCAP
<b>2002 – 2002*</b>	Pesquisa Qualitativa para implementação do Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Combate à Violência na Região Metropolitana de Fortaleza Descrição: A pesquisa realizou-se nos municípios de Maracanaú e Caucaia. Instituição: NUPES/UECE Financiador (es): Ministério da Justiça-MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública-SE-NASP
<b>2000 – 2003*</b>	Segurança Pública no Governo das Mudanças: participação comunitária e influência externa no Estado do Ceará Instituição: LEV/UFC Financiador (es): FORD FUNDACION

FORTE: WWW.UECE.BR/LABVIDA

## Outras atividades técnicas

2002	<p>Coordenação do Plano Piloto de Prevenção à violência na Cidade de Fortaleza. (Bom Jardim, Edson Queiroz, Pirambu e Tancredo Neves).  <a href="https://bit.ly/3qzsNBw">https://bit.ly/3qzsNBw</a>                  Financiador (es): Governo Federal (SEAS/MAPS e SEDH/MJ) e Governo Estadual (SETAS/IEPRO/UECE).</p>
2003	<p>Relatório Final do Plano Piloto de Prevenção à violência na Cidade de Fortaleza com jovens na faixa etária de 16 a 24 anos nos bairros do Bom Jardim, Edson Queiroz, Pirambu e Tancredo Neves. (Apresentação e Avaliação das Ações Implementadas pelo Plano no período de 07/2002 a 01/2003)                  Financiador (es): Governo Federal (SEAS/MAPS e SEDH/MJ) e Governo Estadual (SETAS/IEPRO/UECE).</p>
2006*	<p>- Avaliação Final do Programa de Apoio às Reformas Sociais para Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes – PROARES, no Estado do Ceará.                  Instituição: NUPES/UECE                  Financiador (es): Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID.</p>
2007*	<p>- Elaboração, Coordenação e Execução do Projeto de Expansão do Programa de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no território Brasileiro – PAIR (Ceará)                  Instituições: NUPES/UECE                  Financiadores: FUNCAP</p>
2007	<p>- Avaliação e Monitoramento dos Projetos da Área da Criança e Adolescente vinculados a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Programa de Liberdade Assistida Comunitária Associação Pastoral do Menor Talita Kum e Programa de Liberdade Assistida Comunitária Associação Beneficente da Criação e do Adolescente em Situação ...)                  Instituição: LabVida/UECE                  Financiador (es): Secretaria Especial de Direitos Humanos/ FUNDAÇÃO JOSÉ BONIFÁCIO/UFRJ</p>
2007	<p>- Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Formação da Guarda Municipal de Fortaleza.                  Instituição: LabVida/UECE                  Financiador: PMF</p>
2008	<p>- Realização do Curso de Formação da Guarda Municipal de Fortaleza.                  Instituição: LabVida/UECE                  Financiador (es): PMF</p>
2009	<p>-Integrante da Comissão Organizadora da Etapa Estadual da 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2009  <a href="https://bit.ly/43RYbth">https://bit.ly/43RYbth</a>                  Instituição: LabVida/UECE                  Financiadores: Governo do Estado do Ceará/Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social/PRONASCI/Ministério da Justiça/Governo Federal                  -Membro eleito para representar a Sociedade Civil na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Brasília, 2009. <a href="https://bit.ly/43RYbth">https://bit.ly/43RYbth</a>                  Instituição: LabVida/UECE                  Financiador (es): Governo do Estado do Ceará/Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social/PRONASCI/Ministério da Justiça/Governo Federal</p>

2014	Integrante da Comissão sobre As Graves Violações dos Direitos Humanos nas Universidades Públicas do Estado do Ceará. <a href="https://bit.ly/3Cpqi7E">https://bit.ly/3Cpqi7E</a> . Instituição: LEV/UFC e LabVida/UECE Financiador (es): UECE/UFC
2015	Apoio técnico para elaboração do diagnóstico desenvolvidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública na implantação e execução do Projeto Pacto por um Ceará Pacífico. Instituição: LEV/UFC e LabVida/UECE Financiador (es): FBSP
2016	- Integrante Grupo de Trabalho: Violencia, seguridad y obstáculos a la ciudadanía (2016-2019). Instituição: CLACSO- Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Instituição: PPGS/LabVida/UECE Financiador (es): CLACSO - Integrante do Grupo de Estudo sobre Segurança Pública: um Sistema Nacional Pactuado. Instituição: PPGS/LabVida/UECE Financiadores: CEDES/Câmara Federal - Integrante de Audiência Pública para discutir propostas de emenda constitucional em trâmite no Congresso que dispõem sobre a desmilitarização da polícia, criação de carreira única e ciclo completo. <a href="https://bit.ly/43Am8pc">https://bit.ly/43Am8pc</a> Instituição: LabVida/UECE Financiador (es): Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.
2017	Integrante do Estudo sobre Segurança Pública: um Sistema Nacional Pactuado. Instituição: PPGS/LabVida/UECE Financiadores: CEDES/Câmara Federal <a href="https://bit.ly/43zXjJy">https://bit.ly/43zXjJy</a>
2018	Organização do Seminário Internacional sobre Segurança Pública: Um diálogo pelo direito à vida, à liberdade e à paz <a href="https://bit.ly/3WYkIm7">https://bit.ly/3WYkIm7</a> Instituição: PPGS/LabVida/UECE Financiador: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
2019	- FÓRUM PERMANENTE – Educação em segurança pública: conhecer agindo <a href="https://bit.ly/45V1KAP">https://bit.ly/45V1KAP</a> Instituição: Labvida/UECE Financiador: Unicamp - Elaboração do Plano de segurança da UECE (diretrizes e ações): relatório de consolidação das propostas dos fóruns locais para elaboração do Plano de Segurança Universitária da UECE. <a href="https://bit.ly/3N2C1Od">https://bit.ly/3N2C1Od</a> Instituição: LabVida/UECE e COVIO/UECE Financiador: Fundação Universidade Estadual do Ceará - Integrante do Grupo de Trabalho: Violencias, Políticas de Seguridad y Resistencias (2019-2022) – CLACSO- Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. <a href="https://bit.ly/3J3RrAA">https://bit.ly/3J3RrAA</a> Instituição: PPGS/LabVida/UECE Financiador: CLACSO

FONTE: WWW.UECE.BR/LABVIDA